

FÁBIO VIEIRA FIGUEIREDO

MANUAL DE
DIREITO
CIVIL

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais***JULIANA MAYUMI ONO***Gerente de Conteúdo***MILISA CRISTINE ROMERA***Editorial:* Andréia Regina Schneider Nunes, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo, Marcella Pâmela da Costa Silva e Thiago César Gonçalves de Souza*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim*Assistente Editorial:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena*Estagiárias:* Camilla Sampaio Silva e Camilla Dantara Ventura*Produção Editorial**Coordenação***IMÉ A. M. LOUREIRO GOMES***Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Marília Gabriela Gradin, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra*Analistas de Qualidade Editorial:* Bruno Capassi, Carina Xavier, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Max R. Costa, Rafael Cattai e Rafael Ribeiro*Estagiários (it):* Afonso Scrivani, Beatriz Fialho, Diene Ellen*Capa:* Linotec*Controle de Qualidade da Diagramação:* Carla Lemos*Equipe de Conteúdo Digital**Coordenação***MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO***Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Rafael Ribeiro*Administrativo e Produção Gráfica**Coordenação***MAURICIO ALVES MONTE***Analista de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Figueiredo, Fábio Vieira

Manual de direito civil / Fábio Vieira Figueiredo. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-346-7

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

19-24174

CDU-247

Índices para catálogo sistemático: 1. Direito civil 347

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	31
NOÇÃO INTRODUTÓRIA.....	51
1. Moral e direito.....	51
2. Classificação do direito.....	51

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

INTRODUÇÃO.....	53
1. PRINCIPAIS FINALIDADES DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – LINDB.....	54
1.1. Prazo de Vacância da Lei.....	54
1.1.1. Sistemas de <i>vacatio legis</i>	55
1.1.2. Regras e exceções na <i>vacatio legis</i>	56
1.1.3. Contagem do Prazo de <i>vacatio legis</i>	59
2. CORREÇÃO DE LEI.....	60
2.1. Revogação de Lei.....	61
2.1.1. Meios de revogação: expressa e tácita.....	63
2.1.2. Extensão da revogação: total ou parcial.....	64
2.1.3. Critérios de aferição de revogação e solução de antinomia.....	64
3. ESCUSA PELO DESCONHECIMENTO DA LEI.....	69
4. A OMISSÃO LEGISLATIVA.....	74
5. A INTEGRAÇÃO DAS NORMAS.....	76
5.1. Meios de Integração Normativa.....	77
5.1.1. A equidade.....	79
6. FONTES DO DIREITO E INTERPRETAÇÃO NORMATIVA.....	80

CÓDIGO CIVIL

PARTE GERAL

1.	PRINCÍPIOS QUE REGEM O CÓDIGO CIVIL	87
2.	DAS PESSOAS	87
2.1.	Conceito	87
2.2.	Pessoa natural	88
2.2.1.	Personalidade jurídica	88
2.2.1.1.	Do nascituro	89
2.3.	Capacidade civil	90
2.3.1.	Cessação da incapacidade	93
2.3.2.	Individualização da pessoa natural	95
2.3.2.1.	Nome	95
2.3.2.2.	Estado	101
2.3.2.3.	Domicílio	101
2.3.2.4.	Extinção da personalidade jurídica da pessoa natural	103
2.3.2.5.	Ausência das pessoas naturais	105
2.4.	Direitos da personalidade	108
2.4.1.	Caracteres dos direitos da personalidade	111
2.4.2.	Da autonomia privada e limitações ao direito de personalidade	114
2.5.	Pessoa jurídica	119
2.5.1.	Personalidade jurídica	119
2.5.2.	Natureza jurídica	119
2.5.3.	Espécies	121
2.5.4.	Desconsideração da personalidade jurídica	123
2.5.5.	Extinção da pessoa jurídica	126
3.	BENS	128
3.1.	Classificação	128
3.2.	Bens reciprocamente considerados	134
3.2.1.	Bens acessórios	135
3.2.2.	Pertenças	135
3.3.	Bens públicos e particulares	136
4.	TEORIA DOS FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS	140
4.1.	Conceito	140
4.2.	Elementos do negócio jurídico	141
4.2.1.	O negócio jurídico sob o prisma da tricotomia: existência-validade-eficácia	142
4.2.1.1.	Existência	142

4.2.1.2.	Validade	143
4.2.1.3.	Elementos acidentais	144
4.3.	Defeitos dos negócios jurídicos	157
4.3.1.	Inexistência	158
4.3.1.1.	Vontade humana	158
4.3.1.2.	Idoneidade objetiva	158
4.3.1.3.	Finalidade negocial	159
4.3.2.	Invalidade	159
4.3.2.1.	Nulidade relativa (anulabilidade).....	159
4.3.2.1.1	Prazos para alegação de nulidade relativa ...	166
4.3.2.2.	Nulidade absoluta (ou, simplesmente, nulidade).....	167
4.3.2.3.	Ineficaz.....	175
5.	DO ATO ILÍCITO	180
5.1.	O dano.....	181
5.1.1.	Dano patrimonial ou econômico	181
5.1.2.	Dano moral ou extrapatrimonial.....	182
6.	DO ABUSO DE DIREITO	188
6.1.	Da finalidade econômica adequada	198
6.1.1.	Dos convenientes fins sociais	200
6.1.2.	Limites da boa-fé e dos bons costumes	201
6.1.3.	Abuso de direito e as figuras parcelares da boa-fé	204
6.1.3.1.	<i>Venire contra factum proprium</i>	204
6.1.3.2.	<i>Surrectio</i>	207
6.1.3.3.	<i>Supressio</i>	208
6.1.3.4.	<i>Tu quoque</i>	208
6.1.3.5.	<i>Exceptio doli</i>	209
7.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	209
7.1.	Da prescrição.....	210
7.2.	Da decadência.....	216

PARTE ESPECIAL

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO 1

DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1.1.	INTRODUÇÃO	221
1.1.1.	As cláusulas gerais	223
1.1.2.	Autonomia de vontade e autonomia privada de contratação.....	224

1.1.3. Autonomia privada de contratação, eficácia horizontal dos direitos fundamentais e direito civil constitucional	226
1.2. A OBRIGAÇÃO NO DIREITO ROMANO.....	229
1.3. POSIÇÃO ATUAL DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL.....	230
1.4. A INDETERMINAÇÃO PESSOAL DA OBRIGAÇÃO E SEU CARÁTER AMBULATORIO	230
1.5. AS GOTAS DE ÓLEO SOCIAL NO DIREITO OBRIGACIONAL	231
1.6. CONCEITO DE OBRIGAÇÃO	235
1.7. ESTRUTURA E FUNDAMENTO DA RELAÇÃO OBRIGACIONAL.....	237
1.7.1. Deveres laterais, acidentais ou de conduta.....	237
Jurisprudência	238
1.8. FONTES DAS OBRIGAÇÕES	240
1.8.1. Classificação das fontes das obrigações.....	242
1.9. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DAS OBRIGAÇÕES	242
1.9.1. Elemento objetivo: objeto obrigacional e objeto prestacional	243
1.9.1.1. Requisitos do elemento objetivo.....	244
1.9.1.2. A questão da patrimonialidade da prestação.....	244
1.9.2. Elemento subjetivo: credor e devedor	246
Jurisprudência	247
1.9.2.1. Determinação e indeterminação do credor ou do devedor.....	247
1.9.3. Vínculo jurídico: débito e responsabilidade	247
1.9.3.1. Obrigação natural e obrigação civil.....	248
1.9.3.1.1. Obrigação fundada em dívida prescrita ou juridicamente inexigível.....	249
1.9.3.1.2. Obrigações fundadas em dívida de jogo ou aposta....	249
Jurisprudência	250

CAPÍTULO 2

DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

2.1. INTRODUÇÃO.....	253
2.2. CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL DAS OBRIGAÇÕES.....	253
2.3. OBRIGAÇÃO DE DAR.....	254
2.4. OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA.....	254

2.4.1. Noção.....	254
Jurisprudência.....	255
2.4.1.1. Entrega e restituição.....	256
2.4.2. Perda ou deterioração na obrigação de dar coisa certa	259
2.4.2.1. Responsabilidade pela perda da coisa	259
2.4.2.2. Perda da coisa sem culpa do devedor	260
2.4.2.3. Perda da coisa com culpa do devedor.....	260
Jurisprudência	261
2.4.3. Responsabilidade pela deterioração da coisa.....	262
2.4.3.1. Deterioração da coisa sem culpa do devedor	262
2.4.3.2. Deterioração da coisa com culpa do devedor	262
2.5. MELHORAMENTOS E ACRÉSCIMOS NA OBRIGAÇÃO DE DAR COISA CERTA	263
2.6. OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR	263
2.6.1. Responsabilidade pela perda da coisa sem culpa do devedor	263
Jurisprudência.....	264
2.6.2. Responsabilidade pela perda da coisa com culpa do devedor	264
2.6.3. Responsabilidade pela deterioração da coisa sem culpa do devedor.....	264
2.6.4. Responsabilidade pela deterioração da coisa com culpa do devedor	265
Jurisprudência.....	265
2.7. MELHORAMENTOS E ACRÉSCIMOS DA COISA NA OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR	265
Jurisprudência.....	266
2.8. OBRIGAÇÃO DE DAR COISA INCERTA.....	267
2.8.1. Noção.....	267
2.8.1.1. Crítica.....	268
2.8.2. A escolha (concentração objetiva da obrigação)	269
2.8.2.1. Procedimento judicial de escolha na obrigação de dar coisa incerta.....	269
Jurisprudência.....	270
2.8.2.2. A questão da qualidade do objeto a ser escolhido	271
Jurisprudência.....	271
2.8.3. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	273
Jurisprudência	274
2.9. OBRIGAÇÃO DE FAZER.....	274
2.9.1. Noção.....	274
2.9.2. Obrigação de fazer infungível.....	275

2.9.3. Obrigação de fazer fungível	275
2.9.4. Inadimplemento da obrigação infungível	277
2.9.4.1. Execução da obrigação de fazer infungível	277
2.9.4.1.1. Da impossibilidade de cominação de pena pecuniária	279
2.9.4.1.2. A possibilidade de cominação de pena pecuniária na inexecução da obrigação de fazer <i>intuitu personae</i>	280
Jurisprudência	282
2.9.5. Impossibilidade da obrigação de fazer infungível	283
2.9.6. Execução da obrigação fungível, exercício da autotutela e da execução específica	283
2.10. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER	285
2.10.1. Noção	285
2.10.2. Impossibilidade da obrigação de não fazer	286
2.10.3. Da conversão da obrigação de não fazer inadimplida em obrigação de fazer. Inadimplemento da obrigação de não fazer	286
2.10.4. Autotutela na obrigação de não fazer	287
Jurisprudência	288
2.10.5. Da execução das obrigações de fazer e não fazer	288

CAPÍTULO 3

DA CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E SUAS VICISSITUDES

3.1. INTRODUÇÃO	297
3.2. OBRIGAÇÕES POSITIVAS E NEGATIVAS (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: NATUREZA DA CONDUTA)	297
3.3. OBRIGAÇÕES SIMPLES E COMPLEXAS (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS)	297
3.4. CUMULATIVAS, ALTERNATIVAS E FACULTATIVAS (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: OBJETO PRESTACIONAL)	299
3.4.1. Obrigações cumulativas	299
3.4.2. Obrigações alternativas	299
3.4.2.1. Regras da escolha convencional	300
3.4.2.2. Da execução judicial da escolha	301
Jurisprudência	301
3.4.2.3. Teoria da redução do objeto	303
3.4.2.4. Impossibilidade da prestação na obrigação alternativa	303
3.4.2.4.1. Inadimplemento culposos na obrigação alternativa	304

3.4.2.4.2. Inadimplemento não culposo na obrigação alternativa.....	304
Jurisprudência.....	304
3.4.3. Obrigações facultativas	306
3.4.3.1. A importante distinção entre obrigações alternativas e facultativas.....	307
3.5. INSTANTÂNEAS, DIFERIDAS E DE TRATO SUCESSIVO (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: FORMA DE EXECUÇÃO)	307
3.6. LÍQUIDAS E ILÍQUIDAS (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: LIQUIDEZ DO OBJETO PRESTACIONAL)	309
3.7. FUNGÍVEIS E INFUNGÍVEIS (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: FUNGIBILIDADE DO OBJETO)	309
3.8. PERSONALÍSSIMAS E NÃO PERSONALÍSSIMAS (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: FUNGIBILIDADE DO SUJEITO)	310
Jurisprudência.....	311
3.9. DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: DIVISIBILIDADE DO OBJETO PRESTACIONAL)	311
3.9.1. Indivisibilidade e pluralidade de devedores	313
Jurisprudência.....	313
3.9.2. Indivisibilidade e pluralidade de credores	314
Jurisprudência.....	315
3.9.3. A obrigação indivisível que se resolve em perdas e danos.....	315
Jurisprudência.....	316
3.10. SOLIDÁRIAS E NÃO SOLIDÁRIAS (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: SOLIDARIEDADE DOS SUJEITOS)	316
3.10.1. Noção	316
3.10.2. Características da obrigação solidária	316
3.10.3. Princípio da não presunção da solidariedade.....	317
Jurisprudência.....	318
3.10.4. Princípio da variabilidade da natureza da obrigação solidária.....	318
3.10.5. Solidariedade ativa.....	319
3.10.5.1. Falecimento de credor solidário	320
3.10.5.2. Conversão da obrigação em perdas e danos	320
3.10.5.3. Oposição de exceções	320
3.10.6. Solidariedade passiva.....	321
3.10.6.1. Noção.....	321
3.10.6.2. Características	321
3.10.6.3. Prerrogativas do credor.....	323

Jurisprudência	323
3.10.6.4. O falecimento do devedor solidário	324
3.10.6.5. Pagamento parcial e remissão da dívida	324
3.10.6.6. Cláusula, condição ou obrigação adicional	325
3.10.6.7. Renúncia à solidariedade	325
3.10.6.8. Impossibilidade da prestação	326
Jurisprudência	327
3.10.6.9. Responsabilidade pelos juros moratórios	327
3.10.6.10. Meios de defesa dos devedores solidários	329
3.10.6.11. Direito de regresso	330
3.10.6.12. Insolvência de um dos devedores	331
3.10.6.13. Dívida solidária que interessa a apenas um dos devedores	331
3.10.6.14. Distinção entre obrigações solidárias e indivisíveis	331
3.11. MODAIS OU COM ENCARGO, CONDICIONAIS E A TERMO (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: ELEMENTOS ACIDENTAIS)	332
Jurisprudência	334
3.12. OBRIGAÇÕES DE MEIO, DE RESULTADO E DE GARANTIA (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: FINALIDADE)	335
Jurisprudência	336
3.13. PRINCIPAL, ACESSÓRIA E <i>PROPTER REM</i> (CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO: RECIPOCAMENTE CONSIDERADAS)	337
Jurisprudência	338

CAPÍTULO 4

DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

4.1. A TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	339
4.1.1. Noção	339
4.2. DA CESSÃO DE CRÉDITO	340
Jurisprudência	344
4.2.1. Requisitos de validade para a cessão de crédito	345
Jurisprudência	345
4.2.2. Níveis de eficácia da cessão de crédito	346
4.3. DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	347
4.3.1. Classificação da assunção de dívida	350

CAPÍTULO 5

DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

5.1. INTRODUÇÃO.....	353
5.1.1. Noção.....	353
5.2. PAGAMENTO.....	353
5.2.1. Quem deve pagar.....	354
Jurisprudência	355
5.2.2. A quem se deve pagar	357
Jurisprudência	358
5.2.3. Do objeto do pagamento e sua prova	360
Jurisprudência	361
Jurisprudência	363
Jurisprudência	364
5.2.4. Do lugar do pagamento	366
Jurisprudência	367
5.2.5. Do tempo do pagamento.....	369
Jurisprudência.....	371
5.3. DOS MEIOS INDIRETOS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	373
5.3.1. Noção.....	373
5.3.2. Da satisfatividade.....	374
5.4. DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	375
Jurisprudência	376
5.4.1. Hipóteses de cabimento da consignação	377
5.4.2. Requisitos da consignação em pagamento.....	378
5.4.3. Levantamento do depósito	379
5.4.4. Regras processuais.....	379
5.5. DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO	380
Jurisprudência	380
5.5.1. Sub-rogação legal.....	381
5.5.2. Sub-rogação convencional	383
5.5.3. Efeitos da sub-rogação	384
5.6. DA IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO	385
5.6.1. Noção.....	385
5.6.2. Espécies.....	386
5.7. DA DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	387

5.7.1. Noção.....	387
5.7.2. Principais características da dação em pagamento	388
Jurisprudência.....	389
5.7.3. Espécies de dação em pagamento	389
5.7.4. Dação em título de crédito	390
5.7.5. Dos vícios negociais.....	390
5.7.6. Dação em pagamento e institutos afins.....	390
5.8. DA NOVAÇÃO	390
5.8.1. Noção.....	390
5.8.2. Requisitos da novação	392
Jurisprudência.....	392
5.8.3. Espécies de novação.....	393
5.8.3.1. Novação objetiva ou real	394
5.8.3.2. Novação subjetiva ou pessoal.....	394
5.8.3.3. Novação subjetiva passiva.....	395
5.8.3.4. Novação subjetiva ativa	397
5.8.4. Efeitos da novação.....	397
5.9. DA COMPENSAÇÃO	398
5.9.1. Da compensação legal	400
5.9.2. Da compensação convencional.....	401
5.9.3. Da compensação judicial	401
Jurisprudência.....	402
5.9.4. Regras especiais da compensação	402
5.9.4.1. Das obrigações não compensáveis por determinação legal	403
5.9.4.2. Das obrigações não compensáveis por disposição das partes	405
5.10. DA CONFUSÃO.....	406
5.10.1. Noção.....	406
5.10.2. Espécies de confusão	407
5.10.3. Cessação da confusão	407
5.11. DA REMISSÃO	408
5.11.1. Remissão: perdão	408
5.11.2. Espécies de remissão	409

CAPÍTULO 6

DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES

6.1. O INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	411
--	-----

6.1.1. Noção	411
Jurisprudência	413
Jurisprudência	415
6.2. DA MORA.....	415
6.2.1. Mora e inadimplemento absoluto.....	415
Jurisprudência	417
6.2.1.1. Da mora do devedor	418
6.2.1.2. Da mora do credor	420
6.2.1.3. Da purgação da mora	421
6.3. DAS PERDAS E DANOS	421
Jurisprudência	422
6.4. DOS JUROS LEGAIS.....	424
6.5. DA CLÁUSULA PENAL.....	425
6.5.1. Da cláusula penal moratória.....	427
Jurisprudência	428
6.5.2. Da cláusula penal compensatória.....	429
6.6. DAS ARRAS OU SINAL.....	430

PARTE ESPECIAL DOS CONTRATOS

CAPÍTULO 1 TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

1.1. INTRODUÇÃO.....	445
Jurisprudência	448
1.2. TEORIA GERAL DA RELAÇÃO CONTRATUAL.....	450

CAPÍTULO 2 ELEMENTOS DE EXISTÊNCIA, REQUISITOS DE VALIDADE E FATORES DE EFICÁCIA DO CONTRATO

2.1. EXISTÊNCIA DO CONTRATO.....	453
2.1.1. Manifestação de vontade	454
Jurisprudência	455
2.1.2. Quanto à finalidade contratual	456
2.1.3. Idoneidade do objeto	456

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS DA RELAÇÃO CONTRATUAL

3.1.	AUTONOMIA DA VONTADE.....	471
3.2.	SUPREMACIA DA ORDEM PÚBLICA	476
3.2.1.	Autonomia privada de contratação.....	478
3.3.	OBRIGATORIEDADE CONTRATUAL	478
3.3.1.	Obrigatoriedade estrita do contrato	479
3.3.1.1.	Exceção do contrato não cumprido	479
	Jurisprudência	480
3.3.1.1.1.	Da cláusula <i>solve et repete</i>	481
3.3.2.	Intangibilidade contratual	482
3.3.3.	Revisão contratual	482
3.3.3.1.	Da terminologia.....	483
3.3.3.2.	Da aceção do instituto.....	485
3.3.3.3.	Da revisão judicial dos contratos	486
3.3.3.3.1.	Dos requisitos de aplicação da revisão judicial dos contratos.....	488
	Jurisprudência	491
3.4.	SENSUALISMO.....	492
3.5.	RELATIVIDADE CONTRATUAL.....	492
3.5.1.	Estipulação em favor de terceiro	492
	Jurisprudência	493
3.5.2.	Promessa por fato de terceiro	494
	Jurisprudência	495
3.5.3.	Sucessão <i>mortis causae</i>	495
3.5.4.	Consumidor <i>bystander</i>	495
	Jurisprudência	496

3.5.5. Art. 8º da Lei de Locação.....	497
3.5.6. Relativização do princípio da relatividade contratual.....	497
3.6. FUNÇÃO SOCIAL	498
Jurisprudência.....	500
3.7. PROIBIDADE CONTRATUAL.....	502
Jurisprudência.....	504
Jurisprudência.....	506
Jurisprudência.....	507

CAPÍTULO 4

INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS

4.1. INTRODUÇÃO.....	509
4.1.1. Vetores de interpretação contratual	509

CAPÍTULO 5

PRESSUPOSTOS DE FORMAÇÃO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

5.1. INTRODUÇÃO.....	515
5.2. FORMAÇÃO DO CONTRATO	515
5.2.1. Proposta.....	515
5.2.1.1. Requisitos da proposta.....	517
5.2.1.2. Obrigatoriedade da proposta	517
5.2.1.3. Prazo de validade da proposta.....	518
5.2.2. Oferta ao público.....	519
5.2.2.1. Revogação da oferta ao público	519
5.2.3. Aceitação	520
5.2.3.1. Formas de aceitação	521
5.2.3.2. Retratação da aceitação.....	521
5.2.4. Formação dos contratos entre ausentes	521

CAPÍTULO 6

CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

6.1. INTRODUÇÃO.....	525
6.2. CONTRATOS CONSIDERADOS EM SI MESMOS.....	525
6.3. CONTRATOS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS	542

CAPÍTULO 7

EFEITOS PARTICULARES DOS CONTRATOS BILATERAIS

7.1. INTRODUÇÃO.....	545
7.2. VÍCIOS REDIBITÓRIOS	545
Jurisprudência	546
7.2.1. Requisitos para a caracterização do vício redibitório	547
7.2.2. Responsabilidade do alienante pelos vícios redibitórios	549
7.2.3. Ações edilícias	549
7.2.4. Dos prazos de arguição do vício.....	550
7.2.4.1. Da vigência de cláusula de garantia	552
7.3. EVICÇÃO.....	554
Jurisprudência	554
Jurisprudência	559
7.4. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO.....	559
7.5. ARRAS.....	561
7.6. DIREITO DE RETENÇÃO.....	561

CAPÍTULO 8

EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

8.1. INTRODUÇÃO.....	563
8.2. CAUSAS DE EXTINÇÃO ANTERIORES OU CONTEMPORÂNEAS À FORMAÇÃO DO CONTRATO	564
8.2.1. Nulidade.....	564
8.2.2. Cláusula resolutiva.....	564
Jurisprudência	566
8.2.3. Direito de arrependimento.....	567
8.3. CAUSAS DE EXTINÇÃO SUPERVENIENTES À FORMAÇÃO DO CON- TRATO.....	567
8.3.1. Resolução por inexecução voluntária do contrato.....	567
8.3.1.1. Exceção de contrato não cumprido.....	568
8.3.2. Resolução por inexecução involuntária do contrato	569
8.3.3. Resolução por onerosidade excessiva	570
8.3.4. Resilição bilateral ou distrato	571
8.3.5. Resilição unilateral	571

8.3.6. Morte de um dos contratantes	572
---	-----

CAPÍTULO 9 CONTRATOS EM ESPÉCIE

9.1. INTRODUÇÃO	573
9.2. COMPRA E VENDA	573
Jurisprudência	574
Jurisprudência	575
9.2.1. Compra e venda entre ascendente e descendente.....	576
9.2.2. Aquisição por aqueles que devem zelar pelo interesse do devedor.....	576
9.2.3. Compra e venda entre cônjuges.....	576
9.2.4. Venda à vista de amostra	577
9.2.5. Venda <i>ad mensuram</i>	577
9.3. CLÁUSULAS ESPECIAIS DE COMPRA E VENDA.....	577
9.3.1. Retrovenda	577
9.3.2. Preempção ou preferência	578
9.3.3. Venda com reserva de domínio	578
9.4. CONTRATO ESTIMATÓRIO	579
9.5. DOAÇÃO	579
9.5.1. Formas de aceitação.....	582
Jurisprudência	583
9.5.2. Requisitos da doação	583
9.5.3. Principais espécies de doação.....	584
9.5.4. Restrições à doação	585
9.5.5. Invalidade do contrato de doação	585
Jurisprudência	585
9.5.6. Revogação da doação	586
9.6. LOCAÇÃO DE COISAS.....	588
9.7. EMPRÉSTIMO	591
9.7.1. Comodato	591
9.7.2. Mútuo.....	594
9.8. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	596
9.9. EMPREITADA	597
Jurisprudência	599

9.10. DEPÓSITO	599
Jurisprudência.....	602
9.11. MANDATO.....	602
9.12. COMISSÃO	606
9.13. AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO.....	606
9.14. CORRETAGEM.....	607
9.15. TRANSPORTE.....	607
9.16. SEGURO	608
9.17. CONSTITUIÇÃO DE RENDA.....	612
9.18. JOGO E APOSTA	613
9.19. FIANÇA.....	613
Jurisprudência.....	615
9.20. TRANSAÇÃO E COMPROMISSO	617

CAPÍTULO 10

ATOS UNILATERAIS DE VONTADE

10.1. PROMESSA DE RECOMPENSA.....	619
10.2. GESTÃO DE NEGÓCIOS	619
10.3. PAGAMENTO INDEVIDO	619
10.4. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	620

PARTE ESPECIAL

RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO 1

RESPONSABILIDADE CIVIL

1.1. INTRODUÇÃO.....	639
1.2. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL	640
1.2.1. A ação	641
1.2.1.1. Da negligência, imprudência e imperícia	642
1.2.1.2. Da responsabilidade gerada por ato lícito.....	642
1.2.2. O dano.....	643

1.2.2.1. Dano patrimonial ou econômico	643
1.2.2.2. Dano moral ou extrapatrimonial.....	644
1.2.3. Nexo de causalidade	647
1.2.4. A culpa é pressuposto da responsabilidade civil?	651
1.2.5. Distinção entre culpa e dolo na responsabilidade civil	652
1.3. REGIMES DE RESPONSABILIDADE	652
1.3.1. Inadimplemento culposo.....	653
1.3.2. Inadimplemento não culposo	654
1.3.3. Inadimplemento em responsabilidade objetiva.....	655
1.3.3.1. Responsabilidade do dono do animal.....	658
1.3.3.2. Responsabilidade civil por objetos caídos do prédio	659
1.3.4. Responsabilidade civil do Estado.....	660
1.3.5. Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.....	661
1.3.5.1. Defeito do produto.....	662
1.3.5.2. Defeito no serviço	663
1.3.5.3. Situações equiparadas à de consumidor.....	663
1.3.5.4. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço	663
1.3.5.4.1. Prazo para a sanção do vício de qualidade do produto.....	663
1.3.5.4.2. Vício do serviço	664
1.3.5.4.3. Inadimplemento por teoria do risco.....	665
1.4. ELEMENTOS DAS PERDAS E DANOS	666

PARTE ESPECIAL

DIREITO DAS COISAS

CAPÍTULO 1

DIREITO DAS COISAS – CONCEITO

1.1. DISTINÇÃO ENTRE OS DIREITOS REAIS E PESSOAIS	679
1.2. CARACTERÍSTICAS INERENTES AOS DIREITOS REAIS.....	681
1.3. CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS REAIS	682

CAPÍTULO 2

POSSE

2.1. NATUREZA JURÍDICA DA POSSE	684
2.2. CLASSIFICAÇÃO DA POSSE.....	684

2.3. AQUISIÇÃO DA POSSE.....	689
2.4. PERDA DA POSSE.....	690
2.5. EFEITOS DA POSSE	691

CAPÍTULO 3 DIREITOS REAIS

3.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	697
3.2. DOS DIREITOS REAIS EM ESPÉCIE.....	698
3.2.1. Propriedade	698
3.2.1.1. Aquisição da propriedade	700
3.2.1.2. Perda da propriedade	714
3.2.2. Relação de vizinhança	715
3.2.3. Do condomínio	723
3.2.3.1. Do condomínio geral voluntário.....	725
3.2.3.2. Dos direitos e deveres dos condôminos no condomínio geral voluntário.....	726
3.2.3.3. Da administração do condomínio voluntário.....	728
3.2.3.4. Da extinção do condomínio voluntário.....	729
3.2.3.5. Do condomínio necessário.....	730
3.2.3.6. Do condomínio edilício	731
3.2.3.6.1. Natureza jurídica.....	731
3.2.3.6.2. Instituição e constituição do condomínio	732
3.2.3.6.3. Estrutura interna do condomínio edilício	735
3.2.3.6.4. Direitos e deveres dos condôminos	737
3.2.3.6.5. Da realização de obras no condomínio nas áreas comuns	744
3.2.3.6.6. Da administração do condomínio.....	745
3.2.3.6.7. Da extinção do condomínio	750
3.2.3.7. Do condomínio de lotes.....	751
3.2.3.8. Do Condomínio em multipropriedade.....	753
3.2.4. Da propriedade resolúvel	761
3.2.4.1. Natureza jurídica	761
3.2.5. Direitos reais sobre coisas alheias	762
3.2.5.1. Direito de superfície	762
3.2.5.2. Servidão predial.....	763
3.2.5.2.1. Objetivo da servidão.....	765
3.2.5.2.2. Natureza jurídica.....	765
3.2.5.2.3. Classificação das servidões.....	765

3.2.5.2.4. Modos de constituição das servidões.....	766
3.2.5.2.5. Da extinção da servidão.....	767
3.2.5.3. Usufruto.....	768
3.2.5.3.1. Principais características do usufruto	769
3.2.5.3.2. Classificação do instituto.....	769
3.2.5.3.3. Dos direitos do usufrutuário	770
3.2.5.3.4. Dos deveres do usufrutuário	771
3.2.5.3.5. Da extinção do usufruto.....	772
3.2.5.4. Uso.....	773
3.2.5.5. Habitação.....	773
3.2.5.6. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	773
3.2.5.7. Concessão de direito real de uso	773
3.2.5.8. Do direito real à aquisição do imóvel.....	773
3.2.5.8.1. Breve esboço histórico	774
3.2.5.8.2. A disposição no Código Civil e no Decreto-Lei 58 de 1937.....	776
3.2.5.8.3. Do registro e irretratabilidade do compromisso e o direito real	777
3.2.5.8.4. Da adjudicação compulsória.....	778
3.2.5.8.5. Da cessão e promessa de cessão do compromisso de compra e venda.....	781
3.2.6. Direitos reais de garantia.....	782
3.2.6.1. Direitos reais de garantia	782
3.2.6.2. Generalidades e características.....	783
3.2.6.3. Requisitos subjetivos	784
3.2.6.4. Do pacto comissório.....	785
3.2.6.5. Do vencimento antecipado da dívida	785
3.2.6.6. Direitos reais de garantia em espécie: penhor, hipoteca e anticrese	786
3.2.6.6.1. Do penhor: disposições gerais.....	786
3.2.6.6.2. Da hipoteca.....	793
3.2.6.6.3. Da anticrese.....	799

CAPÍTULO 4

DOS DIREITOS INTELECTUAIS

4.1. HISTÓRICO LEGISLATIVO	801
4.2. TERMINOLOGIA.....	803
4.3. A FRAÇÃO MORAL DO DIREITO DE AUTOR COMO DIREITO EXTRA-PATRIMONIAL	805

4.3.1. Noção geral dos direitos extrapatrimoniais.....	805
4.3.2. Direitos extrapatrimoniais de autor em espécie e a autonomia privada.....	807
4.3.2.1. O direito de indicação do nome ou pseudônimo	808
4.3.2.2. O direito de autor de conservar a obra inédita.....	809
4.3.2.3. O direito de assegurar a integridade da obra	811
4.3.2.4. O direito de modificar a obra antes ou depois de utilizada.....	812
4.3.2.5. O direito de retirar de circulação a obra	813
4.3.2.6. O direito de ter acesso a exemplar único e raro da obra.....	814
4.4. A FRAÇÃO PATRIMONIAL DO DIREITO DE AUTOR E O DIREITO DE PROPRIEDADE.....	814
4.5. A FRAÇÃO EXTRAPATRIMONIAL DO DIREITO DE AUTOR E O DIREITO GERAL DE PERSONALIDADE.....	817

CAPÍTULO 5

A TITULARIDADE NO DIREITO DE AUTOR

5.1. O AUTOR E O CESSIONÁRIO	823
5.2. OBRA ORIGINÁRIA.....	825
5.3. OBRA DERIVADA	828
5.4. A CRISE DA CLASSIFICAÇÃO LEGAL DA TITULARIDADE AUTORA.....	831

PARTE ESPECIAL

DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

CAPÍTULO 1

DIREITO DE FAMÍLIA

1.1. PARENTESCO	851
1.2. FILIAÇÃO.....	853
1.3. PODER FAMILIAR	856
1.3.1. Características e exercício do Poder Familiar	864
1.3.2. Suspensão e extinção do Poder Familiar.....	870
1.4. TUTELA E CURATELA.....	873
1.4.1. Tutela: aspectos gerais.....	873
1.4.2. Tutela: espécies.....	874
1.4.3. Da escusa dos tutores	876

1.4.4. Do exercício da tutela.....	877
1.4.5. Da prestação de contas do tutor.....	877
1.4.6. Da cessação da tutela.....	878
1.4.7. Curatela	879
1.4.8. Curatela dos nascituros	881
1.4.9. Da Tomada de Decisão Apoiada	881
1.5. DA PROTEÇÃO À FAMÍLIA E DA ALIENAÇÃO PARENTAL	882
1.5.1. Da caracterização da alienação parental	885
1.5.2. Sujeitos ativos e passivos da alienação parental.....	887
1.5.3. Da apuração da conduta	887
1.5.4. A alienação parental como ofensa a direitos fundamentais	888
1.6. CASAMENTO	894
1.6.1. Natureza jurídica	895
1.6.2. Formalidades preliminares.....	895
1.6.3. Invalidade e irregularidades matrimoniais	896
1.6.3.1. Nulidade do casamento	896
1.6.3.2. Anulabilidade	898
1.6.3.3. Causas suspensivas do casamento	899
1.7. CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO	901
1.8. DO CASAMENTO POR PROCURAÇÃO	902
1.9. DO CASAMENTO PERANTE AUTORIDADE DIPLOMÁTICA OU CON- SULAR.....	902
1.10. CASAMENTO NUNCUPATIVO	902
1.11. PROVAS DO CASAMENTO.....	903
1.12. REGIME DE BENS	904
1.12.1. Princípios fundamentais do regime de bens	904
1.12.2. Espécies.....	906
1.12.2.1. Regime da comunhão parcial	906
1.12.2.2. Regime da comunhão universal	911
1.12.2.3. Regime de separação.....	912
1.12.2.4. Regime de participação final nos aquestos	914
1.13. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL	918
1.13.1. Separação judicial	918
1.13.1.1. Consensual	918
1.13.1.2. Litigiosa	919

1.13.1.2.1. Do uso do nome pelo cônjuge culpado	919
1.13.1.2.2. Do direito a alimentos	920
1.14. BEM DE FAMÍLIA	934
1.14.1. Introdução.....	934
1.14.2. Bem de família voluntário	934
1.14.3. Bem de família voluntário: valores mobiliários	936
1.14.4. Bem de família legal	936
1.15. DA GUARDA DOS FILHOS.....	938
1.16. DIVÓRCIO.....	944
1.16.1. Divórcio indireto.....	946
1.16.2. Divórcio direto	946
1.16.3. Separação e divórcio notariais ou extrajudicial.....	947
1.16.3.1. Da possibilidade de conversão da separação judicial em divórcio notarial	948
1.17. UNIÃO ESTÁVEL.....	949
1.17.1. Requisitos e pressupostos para a configuração da união estável.....	950
1.17.1.1. Pressupostos subjetivos	950
1.17.1.2. Pressupostos objetivos.....	951

CAPÍTULO 2

DIREITO DAS SUCESSÕES

2.1. DA TRANSMISSÃO DE HERANÇA.....	955
2.2. DOS QUE NÃO SUCEDEM.....	961
2.3. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	963
2.3.1. Situações específicas da ordem de vocação hereditária.....	964
2.4. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO.....	967
2.5. TESTAMENTO	969
2.6. CODICILO	971
2.7. LEGADO	971
2.8. COLAÇÃO	972
BIBLIOGRAFIA	991